

etnográfica

Etnográfica

Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia

vol. 21 (2) | 2017
Varia

Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ

Landscape, memory and kinship in the quilombo of Vargem Grande, RJ

Luz Stella Rodríguez Cáceres



Edição electrónica

URL: <http://etnografica.revues.org/4908>
ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2017
Paginação: 269-292
ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Luz Stella Rodríguez Cáceres, « Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ », *Etnográfica* [Online], vol. 21 (2) | 2017, Online desde 09 Julho 2017, consultado em 11 Julho 2017.
URL : <http://etnografica.revues.org/4908>



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ

Luz Stella Rodríguez Cáceres

A noção de paisagem é trazida aqui para explorar as memórias das redes de parentesco e vizinhança das famílias quilombolas de Vargem Grande, habitantes do Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro. A percepção nativa da paisagem se distancia das políticas ambientais, da contemplação e do lazer para se transformar no registro das vidas, atividades e itinerários das gerações passadas, que deixaram suas marcas e pegadas nela. Contrariamente à paisagem-objeto, compreendida como uma entidade externa e separada, que se observa à distância, o caso oferece a perspectiva de uma relação mais simétrica entre paisagem e moradores, desafiando a separação ontológica entre sujeito e ambiente. Nesta definição, lugares constituem pessoas e vice-versa; pessoas e lugares constituem paisagens.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem, memória, parentesco, quilombo.

Landscape, memory and kinship in the *quilombo* of Vargem Grande, RJ
Landscape is explored as a category of thought that allows for the narration of memories of kinship and neighborhood networks of the *quilombo* families of Vargem Grande, in Rio de Janeiro, Brazil. As a native category, landscape records and witnesses the lives, activities and itineraries of past generations who have left their footsteps marked on it. Unlike landscape as an object, understood as a separate and external entity that is observed from a distance, this case study offers the prospect of a more symmetrical relationship between landscape and residents, challenging the ontological separation between subject and environment. In this definition, places constitute people and vice-versa; people and places constitute landscapes.

KEYWORDS: landscape, memory, kinship, *quilombo*.

RODRÍGUEZ CÁCERES, Luz Stella (lunsella@gmail.com) – Laboratório de Antropologia da Arquitetura e os Espaços (Laares), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

“O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro”.

(Mia Couto, fala de Tuahir em *Terra Sonâmbula*)

INTRODUÇÃO

Andar pelos caminhos do Cafundá em companhia do agricultor Pedro dos Santos Mesquita, um dos meus principais interlocutores durante o trabalho de campo, foi aventurar-me na exploração de uma paisagem narrada a partir das memórias das redes de parentesco e vizinhança das famílias habitantes da serra de Vargem Grande.¹

Essas famílias compõem uma paisagem que, sob o viés da criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), é propensa a ser emoldurada dentro de um discurso ambientalista de zoneamento ecológico e recreativo, que margina a temporalidade da paisagem, entendida por Ingold (2000: 195-200) como *task-scape*, a imbricação das atividades humanas e o ambiente, constituindo ao mesmo tempo lugares e modos de habitar, o que se traduz na paisagem temporalizada. Dito isto, temos aqui dois atores percebendo e agindo sobre o mesmo espaço, cujas diferenças conduzem a conflitos de manejo e controle já explorados antes (Fernandez 2009; Rodríguez Cáceres 2016). Neste espaço me interessa trazer à tona a percepção ambiental das famílias habitantes do parque, que compõem a nascente organização quilombola. Deixo fora desta reflexão a análise do processo organizativo como comunidade remanescente de quilombo para me concentrar sobre a categoria nativa de paisagem, constituída pelos traços que lhe foram imprimindo aqueles que a vêm habitando, se tornando registro e testemunha das vidas, atividades e itinerários das gerações passadas e presentes.

Contrariamente à paisagem-objeto, compreendida como uma entidade externa e separada, que o observador contempla à distância, os moradores do maciço da Pedra Branca estabeleceram uma relação mais simétrica com a paisagem, onde ela é tão parte deles quanto eles são dela. Mais que uma paráfrase, essa dupla constituição desafia a separação entre sujeito e ambiente. Para Ingold (2000), a paisagem não é o resultado de uma determinada inscrição sobre um padrão preexistente, mas um movimento de incorporação, onde forma e matéria, corpo e paisagem se geram a si mesmos, mútua e simultaneamente. Desta forma, a paisagem não é terra, nem natureza, nem espaço, mas um lugar para habitar, que, através do viver cotidiano, está impregnado de ações e significações humanas.

1 Este trabalho contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A simétrica imbricação do social e do natural nos remete à hibridação de natureza e cultura sugerida por Latour (1994). As perspectivas que se sustentam em naturezas purificadas e universos estritamente sociais são desafiadas pela exploração da relação intrínseca estabelecida entre paisagem e parentesco. O vínculo entre esses dois termos evidenciou-se a partir dos “núcleos” e “caminhos”, trajetos na paisagem do maciço, significativos para os habitantes locais por costurar as redes de parentesco e suas atrelagens às memórias familiares. Nesse acoplamento, nem o parentesco nem a paisagem são independentes de narrativas e habilidades retóricas que têm como função uma organização do espaço.

CONTEXTO DA PESQUISA

Para o entendimento da relação entre paisagem e parentesco me vali, em primeiro lugar, do olhar etnográfico durante a temporada de trabalho de campo em que morei na casa de Pedro Mesquita e sua família, proximidade que me permitiu acompanhar as suas incursões diárias pelos caminhos do Cafundá e do Morro Redondo. A compreensão do entrecruzamento de paisagem, parentesco e caminhos foi se desenhando de forma mais clara a partir da realização de um exercício de mapeamento comunitário, feito para compreender a dimensão territorial do quilombo, desde o ponto de vista nativo. As jornadas empreendidas para mapear o território colocaram em evidência a incompatibilidade entre a linguagem nativa e a cartográfica, desafiando a elaboração de um mapa convencional. Contudo, essa dificuldade foi fundamental para entender as dimensões implicadas na percepção do território e para a compreensão de uma epistemologia nativa da paisagem.

A etnografia e o mapeamento foram iniciados um mês após o recebimento da certidão de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos por parte da Fundação Cultural Palmares (FCP) e num contexto de organização comunitária em prol do pedido de demarcação territorial ante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A motivação para se organizar como comunidade quilombola surgiu para contestar os atropelos e arbitrariedades cometidos pelos administradores do Parque Estadual da Pedra Branca, que vinham afetando as práticas de subsistência e moradia dos habitantes, muitos deles proprietários de suas terras.

Cheguei ao campo num momento em que as famílias que lideraram o processo organizativo passavam por um momento de autorreflexão, autoconhecimento, interesse pelo passado e busca de respostas sobre a história e seus ancestrais. As narrativas e depoimentos pessoais mostraram uma centralidade do parentesco nas relações sociais dos habitantes. Independentemente do momento de objetificação cultural, as relações de parentesco estão na base de sua delimitação enquanto comunidade. Assim, as narrativas das relações

familiares através do tempo e espaço não devem seu formato e conteúdo apenas ao presente, marcado pelas buscas de legitimação de direitos.

Para abordar a relação entre paisagem e parentesco é preciso o entendimento deste último, mais que como uma grelha classificatória fixa, como uma linguagem que ordena as relações sociais e que em seus termos locais recorre a expressões como “família”, “parentes”, “nascido e criado” e “os antigos daqui”. Em seguida dou atenção às relações entre a série de denominações de localidades (“núcleos”, “sítios” e “caminhos”) e a série das denominações de família/parentesco, onde a identificação de uma localidade e um nome de família insinua um processo de “localização” das famílias e de “familiarização” das localidades (Comerford 2003: 41), não sendo possível referir-se a um local sem fazer referência às pessoas a ele inerentes. Trata-se de uma equação que não pode ser levada até suas últimas consequências, pois não existe um caráter geométrico na inscrição espacial das relações de parentesco no território. Ainda que venham a ser identificados casos de concentração e continuidade de famílias nas agrupações territoriais, há também uma tendência de alta mobilidade individual e familiar, dispersão por bairros da zona oeste do Rio de Janeiro e descontinuidade espacial que são menos fáceis de mapear.

As conexões entre essas dispersões e aparentes descontinuidades são feitas pelos “caminhos”, que, mais que cumprir um papel na mediação entre pessoas e espaços, entre o público e o privado, entre os projetos humanos e os devires não humanos, se tornam a própria paisagem, resultado do somatório de tarefas e seres envolvidos. É através dessa mediação que as relações sociais deixam uma das suas marcas mais visíveis na paisagem – fato que, como será explorado na seguinte parte da reflexão, tem seu reverso simétrico, pois os caminhos também organizam as relações sociais.

Contudo, a relação entre essas variáveis, parentesco e paisagem, não é sempre imediata: ela também está mediada pelas políticas da memória e pelas marcas, vestígios e ruínas que testemunharam a ocupação do maciço, muito mais densa que no atual panorama populacional. As regressões ao passado são meticulosamente mapeadas na paisagem, desde um olhar presente que nos conduz à exploração da mediação da memória na paisagem, a qual se inspira na percepção desta como um ato de lembrança da passagem do tempo por aqueles que habitam o lugar (Ingold 2000).

“POR AQUI TODO MUNDO É PARENTE”

A mais frequente afirmação ouvida por quem se interessa pela configuração social da serra de Vargem Grande é a que sentencia que “por aqui todo mundo é parente”, princípio básico para a “relacionalidade” (Carsten 2000) expressa nas relações consanguíneas, de afinidade, de filiação adotiva de crianças e adultos e de parentesco ritual via compadrio e vizinhança. As relações de parentesco

incluem laços variados, que se definem nos termos de atualização constante dos “vínculos interpessoais fundamentais” (Castro 2008), tais como intensidade da relação e contato permanente, a solidariedade e também os conflitos decorrentes de morar na mesma área. Daí que a vizinhança também seja um laço fundamental, que vem completar a intrincada rede de parentesco.

A expressão “por aqui todo mundo é parente” descreve o sentimento de “solidariedade difusa e duradoura” que existe entre as pessoas que se relacionam e conectam (Carsten 2004); e também ecoa a ideia de que o parente está associado à “familiaridade”, é dizer ao mundo do que é conhecido e transmissível, especialmente pela via da retórica. Um parente ou familiar não é apenas um nome que se enuncia para preencher uma árvore genealógica, pois não se concebe dizer o nome, ou melhor, o apelido de um parente sem contar uma história referente a ele – um fato que nos remete à circulação da prosa como matriz relacional de parentesco que cria intimidade, tal e como estudada por Carneiro (2015) na zona da mata de Minas Gerais.²

No sentido espacial, um lugar nunca é apenas o nome de um sítio, um caminho ou uma roça, mas sim a narração dos fatos que os compõem, mediante uma retórica que produz uma geografia de ação e movimento (Ingold 2015; De Certeau 1994). As paisagens, incorporadas nas histórias, conformam uma espacialização do tempo, um tempo pensado nos termos de uma configuração espacial.

De forma similar ao identificado por Comerford (2003) na zona da mata mineira, a família pode ser: (1) a família nuclear (pai, mãe e filhos); (2) a família no sentido dos que têm o mesmo sobrenome. Contudo, o sobrenome não é sempre o mesmo para aqueles que são filhos do mesmo pai e da mesma mãe. Sandro e Alexandre, filhos de Pingo e líderes do movimento quilombola, explicam porque acontecem essas alterações:

[Sandro] – Esses negócios dos nomes também é engraçado, porque era assim, todo mundo da mesma família e todo mundo tinha nome diferente. Filhos do mesmo pai e da mesma mãe foram registrados com nomes diferentes. Por quê? No dia de registrar os filhos, eles juntavam um monte de filhos, deixavam nascer uns cinco...

[Alexandre] – E levavam para registrar no mesmo dia.

[Sandro] – E levavam para registrar no mesmo dia para dar uma viagem só.

2 É preciso acrescentar que, ao falar dos parentes, as faculdades narrativas do interlocutor sempre se desdobram em histórias, anedotas, “brincadeiras”, “fofocas” e “gozações” que se cruzam com as histórias, anedotas, “brincadeiras”, “fofocas” e “gozações” de outros parentes. Esses atos narrativos são marcados pela vivacidade da oralidade, onde as pausas, divagações e cadências rítmicas são essenciais para o entendimento e transmissão dos eventos contados. Assim, o narrador não é aquele que sabe as histórias, mas aquele que sabe contar, relatando as minúcias, fazendo gestos, imitando falas e comportamentos com as palavras e o corpo e ainda é capaz de posicionar nos lugares as pessoas narradas.

[Alexandre] – E tomavam um porre no caminho.

[Sandro] – E tomavam um porre no caminho. E quando eles chegavam lá, muito doidos já, e iam... iam várias famílias juntas, era uma festa no dia de registrar as crianças. Só tinha um cartório que era em Campo Grande, tinha que ir lá para Campo Grande. E chegava lá, eles erravam o nome dos filhos. Eles chegavam tão mamados... Tanto é que meu pai e minhas tias, eles são todos irmãos, são todos filhos do mesmo pai e da mesma mãe. O meu pai é só Santos. Tia Nata é só Mesquita. Tia Nédia é dos Santos Mesquita. Entendeu? E são irmãos.

[Alexandre] – Eles trocavam.

[Sandro] – Eles tiravam um sobrenome de um e botavam noutro. Botava um sobrenome a mais nesse e nesse aqui tirava [riso].

[Alexandre] – Mas eles são todos, todo mundo irmão.

[Sandro] – Todo mundo irmão normal, filho do mesmo pai e da mesma mãe com nomes diferentes. Como é que eles conseguiam fazer isso, cara? Haja cachaça no dia de registrar a criança para o cara errar o próprio nome, o próprio sobrenome. Eles tomavam um porre muito grande!”

O vínculo entre o lugar e um grupo familiar é identificado por meio da pessoa de maior destaque na família: “Aquele aí é do pessoal de Dromice”, por exemplo, apela para um entendimento simultâneo metonímico. Sendo assim: (3) A família inclui tanto os consanguíneos por lado paterno e materno, como os afins por ambos os lados, dentro de limites flexíveis atingindo os mais próximos de cada lado. No caso das famílias pesquisadas no quilombo, essa proximidade encontra-se dada, mais que pelo grau genealógico do parentesco, pelo conhecimento da pessoa (intimidade), a presença, a acessibilidade e a intensidade da relação. “Troncos” também é outra expressão referente aos ascendentes, tanto pelo lado do pai como da mãe, no sentido de ancestralidade, porém é um termo usado pelos mais velhos e pouco comum entre os mais jovens para apontar certas qualidades e/ou tradições familiares.

No começo do trabalho de campo eu fui vista com desconfiança por vários habitantes, ora como uma compradora de terras, ora como uma funcionária estatal ligada aos órgãos de controle do meio ambiente. Depois de alguns meses de trabalho de campo, dormindo e comendo na casa da família de Pedro, comecei a ser considerada carinhosamente “como da família”. Em contraste, um primo em primeiro grau da família, que não morava no sítio, apesar de ter casa, desconhecia as agruras e venturas do viver cotidiano do morro, era visto como um parente distante, justamente pela falta de relacionamento. Esta referência ilustra a força que possui a construção cotidiana das relações.

Nesse sentido, ser “nascido e criado” é uma forma de apresentação pessoal que, além da criação, enfatiza a permanência, não no lugar, mas das relações mantidas. O movimento é um aspecto essencial da vida, contudo não

é a separação entre pessoa e lugar que é vista como uma falha nas relações. A permanência qualifica a relação e o contato, sem aniquilar a mobilidade espacial, independentemente do motivo, por diferentes bairros do Rio de Janeiro. Ainda que a associação entre famílias “antigas” e lugar encontre-se mais ou menos fixada ou marcada, não faltam o fluxo e os movimentos internos, externos e de retorno. Assim, a dispersão e descontinuidade também podem ser lidas como uma extensão da rede de parentesco, pois deslocar-se para fora da localidade não significa sair do campo das relações familiares; pelo contrário, esse movimento poderia ser lido como uma extensão da própria paisagem, que foi arbitrariamente recortada mediante a demarcação da fronteira do PEPB.³

O termo “parente” qualifica individualmente aqueles com os quais se tem algum tipo de laço de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, tanto paterno, quanto materno, com um alcance mais amplo e flexível que “família”, e que regula a distância, pois dificilmente se diz que “é da minha família” alguém que é tido como distante, para o qual se usa “é meu parente”. Falando sobre as terras, um dos meus informantes explicava, fazendo um gesto circular com o braço: “tudo isto é de parentes, mas só posso plantar no que for da família”. Essa flexibilidade no uso de “família” e “parente”, que podem ser usados como sinônimos, permite indicar discursivamente um certo grau de proximidade com alguém que dificilmente poderia ser incluído ou a quem não se gostaria de incluir na família, em dadas circunstâncias. Assim, podemos entender o parentesco também como um regimento interno que ordena a divisão, o uso do território e a moralidade implicada nas relações entre parentes e vizinhos.

As famílias também se expandem pela via da filiação adotiva, a qual é comum, tanto de crianças assumidas durante a primeira infância, como de adultos. Em ambos os casos, as pessoas são englobadas dentro das famílias, mediante a partilha de experiências, alimentos, cuidados, casa e trabalho na roça. A diferença entre crianças e adultos adotados é que as primeiras provêm de parentes ou conhecidos que, por diversos problemas, não podem cuidar dos filhos. Essas crianças, em geral, sabem sua origem e quem são seus pais biológicos, mas são cuidadas e protegidas como “filhos de criação” e “irmãos de criação”. Já os adultos seriam os chegados ao lugar, provenientes de outros bairros e estados, por circunstâncias pessoais diferentes, e com um tempo de permanência longo, mas não definido.

Como abordado por Carsten (2004), podemos ver que o processo de produção do parentesco se dá através das relacionais que passam pela casa, a produção dos corpos e da pessoa, no que conta a partilha de comida e a lavagem das roupas. Essa relacionalidade aparece de uma forma fluida e não necessariamente estável, o que permite compreender o parentesco de modo

3 Os limites do PEPB compreendem todas as áreas situadas acima da linha da cota de 100 metros sobre o nível do mar do maciço da Pedra Branca.

mais processual, “olhando para como as pessoas se constituíam através de suas relações com os outros” (Carsten 2004: 109).

No momento da pesquisa os adultos que poderíamos chamar de adotados eram homens, solteiros e “sem família conhecida”, que começaram a trabalhar na roça e, a partir daí, estabeleceram fortes vínculos com a família que os acolheu. Não existe um termo para esse tipo de relação, mas se diz que essa pessoa “é como parente”, enquanto estas pessoas referem-se aos locais usando a expressão “como da minha família”. Essa denominação não está livre de obrigações, tais como ajuda e colaboração nas tarefas domésticas e da roça e participação nos rituais familiares, como comemorações de aniversários, Natal e *réveillon*, entre outros. Esses deveres, por sua vez, lhes garantem alguns direitos, como teto, comida, roupa, assistência em caso de doença e auxílio na gestão de documentos. O depoimento de Pará exemplifica isto:

“Faz sete meses que moro com Pingo, pois a casa que eu cuidava foi vendida, fiquei sem lugar e apenas recebi uma indenização de três paus. Hoje eu moro onde Pingo, Sandro e Pingo são da minha família, eu não pago aluguel e me dedico à roça, pois eu adoro plantar, eu que mantenho esta roça”.

Em suma, a ideia implica que ser “da família” não implica uma relação de consanguinidade; ou seja, é possível tornar-se “da família” mediante uma série de condutas, como o mútuo conhecimento, a proximidade e a criação de intimidade mediante experiências comuns e interações densamente vividas, como a partilha do trabalho, da casa e da comida.

“Por aqui todo mundo é parente” é também uma forma de explicar que ninguém escapa às redes do parentesco, mapeáveis pelos vínculos com os “antigos daqui”, que se estabelecem “por um ou por outro lado”, a partir dos diversos laços de casamento, que têm desembocado na “mistura” ou “mistureba”, como os moradores do lugar qualificam a complexidade das tramas do parentesco. Mais que lembrar os mais antigos, “por aqui todo mundo é parente” é uma expressão que guarda e registra as alianças familiares forjadas ao longo dos anos.

Um arranjo não incomum entre diferentes famílias bem estabelecidas ou “antigas” é o casamento de vários irmãos e/ou irmãs de uma família com vários irmãos e/ou irmãs de outra, tendência que pode se repetir inclusive em segundas núpcias, o que acrescenta novos graus de parentesco aos filhos do primeiro e do segundo casamentos. O casamento entre primos paralelos termina sendo comum, vista a proximidade das relações e as poucas famílias de origem. Assim, a quantidade de primos-irmãos multiplicou-se, a partir dessa segunda geração. E, na terceira, o casamento entre primos paralelos continua frequente. A relação entre Astrogilda e o patriarca Manuel Sérgio dos Santos Mesquita, explicada por Sandro e Alexandre, é um exemplo que ilustra que a preferência

de alianças matrimoniais através das linhas colaterais atentava para a fusão, resgate e reagrupamento dos patrimônios familiares.

[Sandro] – Astrogilda era sobrinha do velho Manuel. Nossos avós aqui, Celso Mesquita e Astrogilda Ferreira da Rosa eram primos em primeiro grau. O meu avô era daqui desse pedaço aqui. Minha avó era da família do outro lado.

[Alexandre] – Do Morro Redondo.

[Sandro] – Desse lado tem uma família gigantesca também, mas que eram primos desse pessoal daqui. Era muito pequeno, então, primo casa com primo. Eles eram primos em primeiro grau e se casaram”.

Ao longo das entrevistas, percebi que as pessoas dificilmente remontavam a mais de duas gerações ascendentes para retratar a sucessão genealógica do grupo familiar. A importância dada à experiência pessoal do vivido e conhecido dá então conta da trama do parentesco, extensa na sua completude e complexidade atual com todos seus troncos e braços. Esse conhecimento aponta que a memória é genealógica menos por fornecer uma cronologia infundável de predecessores de forma ascendente e mais por registrar horizontalmente as relações e trocas entre as famílias na história do grupo.

“NÚCLEOS”: UMA ASSOCIAÇÃO ENTRE PARENTESCO E PAISAGEM

A associação bem marcada entre famílias “antigas” e lugares foi formando um padrão de “territórios de parentesco” (Comerford 2003), de fácil identificação para os habitantes locais, por concentrarem não apenas áreas residenciais e lugares de trabalho, mas também caminhos pertencentes a parentes e vizinhos reconhecidos e valorizados como tais, inclusive aqueles que já não estão mais presentes, ou porque morreram ou por terem saído da região. Mais adiante veremos como, pela via da heurística nativa, esses parentes, mais do que continuar presentes na paisagem, são em si mesmos a própria paisagem – e lembrá-los é também um ato político que reafirma a presença centenária das famílias no maciço, anterior à criação do parque.

Dentre as narrativas que vinculam famílias à paisagem, sobressaem duas famílias antigas, cujas genealogias locais prevalecem como referências fundamentais: os Vieira e os Mesquita. As terras dos primeiros estavam no lado direito do rio Paineiras, onde ainda se encontram as ruínas do velho moinho, enquanto as terras dos Mesquita estariam na margem esquerda.

A família Vieira, de origem portuguesa, foi muito ativa no mercado imobiliário e de terras, especialmente na baixada, mas os membros dessa família diversificaram suas formas de sustento e acumulação. Um dos irmãos Vieira, João, era proprietário do único armazém da região, conhecido como “Tira-Couro”,

devido aos preços elevados das mercadorias. Ali, os agricultores deixavam a produção de carvão e se envolviam em ciclos de endividamento sem fim. Outro dos irmãos, Nico, obtinha lucro do moinho de fubá, usado por todos os produtores em troca de deixar uma parte da produção. Ainda que nenhum dos descendentes atuais se dedique à produção agrícola, as suas terras são localizadas, identificadas e demarcadas pelos atuais habitantes. O Tira-Couro e o moinho são ainda locais de referência.

O caminho do Cafundá, para os locais, é sinônimo de cafundó do Judas, assim chamado por ser no passado um local ermo, afastado e de difícil acesso, oculto entre as montanhas, definição que indiscutivelmente vincula as origens das famílias negras a um local de esconderijo no contexto escravista das fazendas beneditinas. Foi ali, no caminho do Cafundá, que assentou a família Mesquita, cujo sustento se baseou na agricultura e na produção de carvão. Manuel Sérgio dos Santos Mesquita, o “patriarca” do outro lado do rio, casado com Bernardina dos Santos Mesquita, deu origem a uma linhagem de carvoeiros e agricultores; alguns de seus descendentes continuam trabalhando na roça até hoje.

No caso das famílias agricultoras negras e mestiças, as práticas de localização foram delineando uma espécie de rede mais ou menos dispersa de localidades familiarizadas, que constituem o território quilombola hoje pleiteado. A essas localidades os líderes quilombolas chamam de “núcleos”, que seriam agrupamentos domésticos em cujo local residem, num determinado momento, várias famílias conjugais, resultantes da expansão de uma família. Um casal convive aí com filhos casados e seus netos. Algum filho ou irmão celibatário pode, igualmente, fazer parte desse grupo; ou algum sobrinho ou afilhado, casado ou não. Nenhum filho, seja homem ou mulher, primogênito ou caçula, é obrigado a morar junto da casa paterna quando contrai matrimônio; neste sentido, não existem regras estritas.

Nos versos que Pingo escreveu para fazer o pedido de reconhecimento como quilombo ante a FCP, a noção de núcleo aparece assim detalhada:

“Os negros desnorteados
Libertos enfim dos seus nós
Ocuparam uma imensa área
Os ermos dos cafundós.

Foi ali que em pouco tempo
Começaram a surgir
Vários núcleos familiares
Que contarei a seguir.

Cafundá, Morro Redondo
Eram os maiores que tinha

Também o Sítio das Moças
E a Toca da Farinha.

Era nessa famosa toca
Que os escravos foliões
Quando deixavam o trabalho
Faziam reuniões.

O núcleo do Cafundá
Fundado por meu avô
Se destacou bem depressa
Como o maior produtor.

Nesse núcleo em pouco tempo
Com as famílias unidas
Um casal se destacou
Seu Celso e Dona Astrogilda”.

Esses “núcleos” tiveram como início um casamento e seus filhos, que uma vez casados fizeram outras casas, ampliando a área residencial do “núcleo”, podendo multiplicar a identidade inicial do local ou fragmentá-la, segundo os arranjos e subdivisões internas das terras, e dando assim lugar para uma multi-localização da família extensa. Com o crescimento das famílias, novos núcleos foram se incorporando à rede, mas outros também foram se desmanchando; os mais densos e populosos se tornaram referências socioespaciais significativas.

Antigamente, um casamento era uma ponta de lança para o estabelecimento de um novo núcleo, perto das novas frentes de trabalho agrícola. Uma das consequências da diminuição da produção agrícola foi a densificação dos núcleos existentes, sem vínculo com o trabalho agrícola, já que, para muitas famílias, é vantajoso continuarem juntas para aproveitar a infraestrutura criada em cada núcleo para prover água canalizada e energia elétrica. Um núcleo não corresponde necessariamente a um “tronco”, pois um mesmo tronco pode ter mais de um núcleo.

Os núcleos acham-se associados, na maioria das vezes, aos nomes das mulheres mais velhas e respeitadas, “costume dos tempos de antes” que ainda hoje prevalece. São as “matronas” que dão nome aos locais, tais como Jandira, a parteira que migrou para Campo Grande, ou Astrogilda, Dazinha, Tia Mocinha e as Moças – que já morreram –, Dromice, Sebastiana, Expedita, Irene e Caboxa, entre os núcleos/denominações que hoje se mantêm. Mas a toponímia em si é flexível, esses nomes podem permanecer, mesmo depois de a pessoa morrer. Em outras ocasiões, a localidade assume o nome do sucessor ou sucessora vivo, ou das pessoas de interesse para o interlocutor em determinado momento.

O lugar identificado como de Tia Mocinha, por exemplo, passou a ser identificado como o lugar de Carmélio. O núcleo de Caboxa deu origem ao núcleo

de Neusinho, quando este se casou, e o núcleo de Dazinha já foi conhecido com o nome da sua mãe, Délia. O núcleo de Astrogilda ficou conhecido nos arredores pela existência de um centro de umbanda espírita. Hoje o local é um verdadeiro lugar da memória comunitária, ainda que ninguém mais fale “vou na Astrogilda”, e sim vou “onde Nilza”, ou “onde Georgina”, ou “onde Pingo”.⁴ Desta forma, “onde” não é apenas uma preposição de localização, mas a enunciação de uma implicação moral entre pessoas-coletividades familiares e lugares-propriedades.

“Astrogilda fundou esse centro espírita, prestava caridade na localidade. Tudo se resolvia naquele centro espírita, as pessoas da localidade iam no centro espírita de Dona Astrogilda para todos os problemas espirituais e de saúde, assim, o local se tornou referência. Depois que o centro ficou desativado e Astrogilda morreu, foi quando a tia Nata herdou essa parte espiritual dela, ela era rezadeira, fazia remédio e virou outra referência, já moderna. Ou seja, todo mundo, até as pessoas que moravam lá para baixo no Recreio, vinham na casa de Dona Nata... Vinham na casa de Dona Nata para quê? Para rezar as crianças, mau olhado, essa coisa toda. Então, virou uma outra referência” [Sandro Silva, 2014].

Também são nomes de pessoas e causos conhecidos por todos os que dão nome a lugares como cachoeiras, poços e rios. Poço Frio, Poço do Carrapeta, Poço das Antas, Poço da Lage, Poço da Mãe d’Água ou Poço de Nicanor são nomes que não figuram em nenhuma cartografia oficial da região, mas que são referências e remetem sempre à história local, que deste modo se espacializa. Nicanor, para dar um exemplo, era um homem que, cansado depois de ter levado seus produtos à feira, voltava da cidade e decidiu entrar no poço para se refrescar, mas começou a se afogar e só saiu vivo do impasse porque Celso o resgatou das águas. A partir daí todo mundo começou a chamar esse lugar pelo nome do salvado.

RETÓRICA DA AUSÊNCIA E DOS MOVIMENTOS

O espaço, carregado de marcadores de tempo, funciona como um sistema coerente de recordação dos antepassados que se faz acompanhar da indicação dos locais onde eles habitaram e viveram. Evocar um parente antigo e apontar onde possuía casa e plantações significa inserir sua presença na paisagem, inclusive se ele e/ou sua família foram embora e a “macega”⁵ ameaça

4 Nilza: casada com Pedro, neto de Astrogilda; Georgina: neta de Astrogilda; Pingo: filho caçula de Astrogilda.

5 Mato muito fechado.

desmanchar as ruínas das suas casas; o contato direto com estes lugares age como uma ferramenta mnemônica para as histórias e a construção de biografias pessoais.

Nos percursos realizados, cada ponto na paisagem era narrado com familiaridade, como um nó onde convergiam histórias e anedotas familiares de todos os cunhos. Já frente às ruínas do que seria a casa de uma antiga fazenda, a retórica não era de ausência mas de distância, os vestígios evocavam antes de mais nada um tempo longínquo, marcado pelo desconhecimento e a separação, o que não nega sua importância. Nas muitas caminhadas que fizemos, fui levada para ver alguns vestígios materiais de muros de pedra ocultos entre a floresta; enquanto Pedro retirava o mato das estruturas, afirmava: “Dizem que isso era coisa de escravo da fazenda, mas eu não sei direito, ninguém sabe o nome, só que está aqui. Uma vez nós viemos escavar aqui e acolá, não achamos nada”.

A partida de parentes e vizinhos conhecidos vem caracterizando um esvaziamento da serra, consequência de vários fenômenos, tais como a perda de uma vocação agrícola, as expulsões que muitos sofreram por parte do Banco de Crédito Móvel (BCM), a saída voluntária em busca de facilidades e acesso a serviços, ou as próprias pressões do parque sobre os moradores e o avanço de compradores urbanos em busca de lugares sossegados para construir casas. O esvaziamento tem alimentado uma retórica da ausência que faz questão de indicar que tudo aquilo que hoje aparece como mata nativa já foi um espaço humanizado, densamente povoado por pessoas, hoje feito de memórias e narrativas. A floresta, hoje protegida, é produto de uma regeneração posterior, e para muitos moradores é imperativo indicar os locais das antigas famílias e daquelas que partiram devido a pressões.

Dentro do mato, nenhum lugar é moralmente neutro, pois cada nuance na paisagem é localizada dentro de uma gama de reputações mentais e afetivas. A ausência, mais que uma perda, é um meio através do qual as pessoas se relacionam tanto com o passado como com a paisagem. A rememoração da ausência é um meio através do qual se revela, aos outros, o conhecimento sobre os próprios parentes. E a lembrança dos ausentes ou mortos é uma forma de conexão com eles.

Mencionar cada um dos habitantes relacionados com determinado lugar é montar um mapa mental das localidades, uma faceta dessa memória territorializada das relações de parentesco e das reputações que vinculam lugares a pessoas e causos. Por sua vez, falar das ausências é falar dos movimentos e saídas das pessoas. Falando das diferentes roças que possui, Pedro termina por me explicar os fluxos das pessoas e famílias ao interior do território:

“[Pedro] – Quando eu era garotinho, papai tinha esse terreno. Nós saíamos lá de casa e vínhamos para cortar aqui banana com o papai, ali tinha

um pé de abacate, ali tinha uma casa, ainda se veem as ruínas. Só que aqui era um lugar mais distante, então papai comprou aquele terreno lá, achou melhor fazer a casa lá e foi morar lá. Mas esse daqui foi o que ganhou do pai dele que pela sua tinha sido a herança das tias. Tia Maria, tia Tonha, vovó Arlinda, era tudo irmã, então foram divididos terrenos. Esse terreno aqui pertencia a Zé Buraco, aquele da Pedra Lascada pertencia a Adolfo. Aquele mais em baixo também era de Zé Buraco, que ganhou, mas eu não sei por que motivo, e depois foram embora.

[Stella] – Depois dividiram ou venderam?

[Pedro] – Não. Aí meu pai na época, ele trocou pelo terreno de lá. Aí papai ficou lá morando lá. Aí que mamãe saiu dali e foi morar lá em vovô, porque aqui ficou muito distante, que é lá naquela casa que eu moro, aí meu pai vendeu para Seu Jorge, mas ele perdeu para o banco, isso faz tempo. O Seu Jorge era um que morava aí que era também nativo daqui de dentro do parque, só que era do Sacarrão. Aí Seu Jorge vendeu para Manoel Brigitte, um senhor branco que costuma passar em casa, mas Seu Jorge voltou para outro terreno que era da mãe, do lado do terreno de Pascoal que o Banco de Crédito do Imóvel rematou. O povo sai e volta, sai e não volta mais, mas a gente sabe a quem pertence cada lugar”.

O depoimento de Pedro e de outros agricultores sobre o “pessoal que sai e que volta e sai sem voltar” conduziu a classificar movimentos e deslocamentos que podem ser: definitivos ou sazonais, em termos do tempo, marcado pelas estações e safras;⁶ internos ou extraterritoriais, em termos espaciais; e tanto familiares como individuais, a partir do estabelecimento de novas relações de parentesco, especificamente os casamentos. Os motivos da mobilidade são variados: por um lado, se procura outras possibilidades e fontes de renda, frente à decadência da agricultura e o significativo impacto das pressões impostas pelo PEPB, tais como proibição de reformar e ampliar casas, expandir as zonas de plantação, etc. De outro lado, também conta na mobilidade a procura da proximidade a serviços educativos e médicos, ou o acesso a mercados e transporte urbano. Outras influências para sair da serra são a venda de terras a pessoas de fora e a própria mobilidade das famílias, tanto como os desacordos entre parentes com respeito a heranças.

A mobilidade das pessoas também faz com que as redes de parentesco se estendam para lugares como Campo Grande, Rio da Prata, Vargem Pequena, entre outros bairros. As conexões entre esses lugares são bem antigas e tiveram sua origem nas rotas comerciais de transporte de mercadorias para mercados urbanos. Transportar e comercializar é assim estender os fluxos dessa vida do

6 O verão merece destaque, é uma estação marcante porque atrai turistas para as cachoeiras. Também é a época em que a produção de banana aumenta.

maciço para a cidade, e é aí que o caminho aparece como um importante agente no estabelecimento de redes de comércio, sociabilidade e a expansão das famílias.

A AGÊNCIA DOS ELEMENTOS DA NATUREZA

As roças são dispersas e distantes das residências e dos sítios, um agricultor possui mais de uma. Os “sítios” de um agricultor confinam com os de outro e a forma mais comum de estabelecer limites entre roças de diferentes proprietários é mediante o traço de “prumos”, feito com castanheiras, árvores que se erguem retas como postes e são plantadas a uma distância que permite a visualização da árvore seguinte, fato que conduziu minha observação à agência de elementos naturais como as plantas.⁷

Todos, moradores e agricultores, conhecem bem os limites das propriedades que os prumos estabelecem. Identificar a área que as castanheiras demarcam é fundamental para evitar conflitos entre proprietários. Tais regras não precisam ser verbalizadas o tempo todo, o que constitui uma característica desse sistema local de direitos combinados costumeiramente. Uma palmeira menor, chamada coqueirinho, também é usada para fazer marcações e cercas; nas casas, também o cultivo de flores e jardineiras demarca o espaço doméstico do espaço mais público. Nos tempos em que a umbanda era mais difundida na serra, a casa de um macumbeiro se reconhecia porque na sua entrada tinha plantas conhecidas como “espada de São Jorge”, “arruda” e “comigo ninguém pode”.

Deste modo, as árvores não são apenas elementos da natureza, mas também essencialmente marcadores espaciais, atestado e símbolo da presença humana no lugar. As árvores testemunham histórias de residência e lavouras passadas e atuais. Assim, nas percepções do espaço e do tempo, os elementos da natureza cumprem o papel de fontes documentais e colocam no patamar dos projetos humanos os devires não humanos (Ingold 2000). Esta dialética, implicada no conceito de paisagem como engajamento no mundo, indica uma radical assunção da simetria e do pertencimento dos seres humanos e não humanos à terra, bem como de uma consequente agência do ambiente e dos não humanos nos projetos humanos (Latour 2008).⁸

7 Arame farpado e grades são algo novo e ainda não muito difundido, quem os usa tem grandes probabilidades de não ser nativo ou de estar mais perto da área urbana do bairro. Sandro opina que a proliferação de cercas nas casas foi uma resposta às incursões de guardas dos parques e da polícia ambiental armada nas propriedades dos nativos. Já Pedro disse ser contra qualquer cercamento da sua área residencial, pois o ato de demarcar propriedade não lhe corresponde por não ser ele o único herdeiro.

8 Para Latour, a prática cotidiana possui um caráter híbrido que permeia as relações entre objetos e pessoas, que, por fim, resultam em elementos que reúnem em si as características dos dois polos. Desse modo, “objetos podem ser sujeitos, assim como sujeitos podem ser objetos”. A agência desses [continua]

O papel da castanheira, do coqueiro, dos canteiros de flores e das ruínas na documentação das práticas sociais e na demarcação territorial é complementar de relatos e narrações, pois, como avançado por De Certeau (1994), as operações de demarcação territorial são essencialmente contratos narrativos compostos de fragmentos de histórias anteriores que se articulam de um modo único para fundar lugares. Traçar as fronteiras é fazer a genealogia do lugar, mas nem tanto por uma preocupação histórica, antes pelo estabelecimento de uma ordem no mundo vivido.

A paisagem, então, não é passiva, mas participante. Ela também organiza as relações sociais e produz as pessoas. É a agência dos elementos “naturais” que carrega mercadorias, delimita “núcleos” e “sítios”, opera fronteiras entre o “doméstico” e o “público” e os converte em fontes documentais.

O CAMINHO:

MEDIAÇÕES ENTRE PROJETOS HUMANOS E DEVIRES NÃO HUMANOS

O fluxo de pessoas e famílias, o trânsito de tropas de burros e a circulação de produtos agrícolas têm sido fundamentais no traçado dos caminhos que atravessam boa parte do maciço da Pedra Branca, a serra do Rio da Prata (divisa com Campo Grande) e morros voltados à Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Rio Grande, propiciando a conexão com as estradas do Morgado, Pacuí, Cabungui, Macuíba e Sacarrão, que estendem os caminhos para a cidade em busca de feiras, mercados e demais serviços. A esse respeito, Sandro narrou:

“Antigamente um homem que ia de Camorim a Campo Grande passava por Vargem Grande. Isso aqui, na verdade, era uma rota comercial. Toda a produção agrícola das Vargens era escoada para Campo Grande, porque pela proximidade da linha férrea e do bonde, pois para levar essa produção daqui para o centro pela baixada de Jacarepaguá tinha que ir para Cascadura. Era mais longe, mais trabalhoso ir com a tropa de burros até Cascadura do que ir para Campo Grande e embarcar essa mercadoria no trem. Então, foi aí que formou-se esse elo entre todas essas comunidades. Na verdade, todo mundo se conhece. O pessoal daqui conhece o pessoal de Pau da Fome, que tem parentes também, que conhece o pessoal do Rio da Prata, que conhece o pessoal do Camorim, por causa dessa rota comercial que era aqui por cima”.

[continuação] atores não é definida a partir de uma intencionalidade, da subjetividade de um sujeito, mas sim pela capacidade de esse elemento induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação, enfatizando-se, por outro lado, que um ator “não é a fonte de uma ação, mas sim o alvo móvel de uma enorme quantidade de entidades que convergem para ele” (Latour 2008: 73).

Manter relações com lugares e parentes dispersos na paisagem depende do estabelecimento de conexões, tem sido essa a função dos caminhos e os circuitos que estes conformam: os caminhos tornam contínuo o que à simples vista de quem olha à distância parece descontínuo ou isolado, e preenchem de significado aquilo que, de uma foto aérea, parece uma mancha de floresta verde.

O caminho é um convite ao caminhar, ação considerada por Ingold (2015) como o mais fundamental modo de ser no mundo; para ele a existência humana não é fundamentalmente limitada a um lugar, mas “vinculada” a um lugar. A vida se desdobra não nos lugares, mas ao longo de caminhos. A própria existência, como um processo ao longo do caminho, provoca que os habitantes se encontrem, que seus caminhos sejam entrelaçados, e que a vida de cada um se ligue com a de outro. Cada entrelaçamento é um nó e quanto mais linhas de vida são entrelaçadas, maior é a densidade do nó, cujas linhas têm vida e movimento, se cruzando com outras para criar mais nós. Os caminhos do maciço são como uma malha, constituída por movimentos e caminhadas, aos quais a memória dá um sentido.

A ação de caminhar atrelada à memória demonstra, por outro lado, a relação entre movimento, conhecimento e formulação narrativa. Para o habitante as coisas não são fatos que simplesmente existem; as coisas não existem tanto como ocorrem. Situadas na confluência de ações e respostas, são identificadas não pelos seus atributos intrínsecos, mas pelas memórias que chamam. Assim, as coisas não são classificadas como fatos, ou tabuladas como dados, mas narradas como histórias. E cada lugar, como uma reunião de coisas, é um nó de histórias (Ingold 2015).

Na paisagem, os caminhos são os mediadores entre casas e roças, entre os núcleos residenciais e a cidade. Os caminhos não apenas permitem o fluxo de parentes entre residências, ou de pessoas para seus trabalhos urbanos, sítios de estudo e postos de saúde; também são eles que levam os agricultores para sítios e roças e “ranchos”,⁹ ao mesmo tempo que facilitam as trocas nos mercados urbanos e com os “atravessadores”, aqueles que comercializam as mercadorias dos agricultores que não possuem meios de transporte para chegar às feiras. Os caminhos medeiam relações entre categorias cruciais, como o público e o doméstico, o trabalho e o descanso, os vivos e os mortos, os deuses e os homens, adquirindo por esse viés o status de fato social total.¹⁰

Mal pode se falar da ocupação do maciço da Pedra Branca sem fazer referência à função que os caminhos cumpriram na ocupação histórica e atual desse

9 Nome dado a uma casa menor, que tinha, no passado, um caráter provisório, útil em roças distantes, funcionando como lugar de apoio para as jornadas de caçaria.

10 O “fato social total” foi concebido por Mauss em “Ensaio sobre a dádiva” (2003 [1923-1924]), para designar fenômenos sociais complexos que abrangeriam interpretações provenientes de diversas áreas do conhecimento, interdisciplinarmente.

espaço, assim como no estabelecimento de rotas comerciais de importância para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Sabe-se que, à medida que os diversos ciclos econômicos (cana, carvão, café) avançavam pelas encostas, a abertura de caminhos no interior da mata era requisitada. Os caminhos aproximavam, assim como hoje, lugares como Camorim, Rio da Prata, Pau da Fome e as Vargens, mediante percursos a pé, de burro ou a cavalo. Alguns dos antigos caminhos coloniais se mantêm e seus calçamentos de pedra ainda são visíveis e continuam como referência, tais como o caminho da Manga Larga, o caminho de Guaratiba, o caminho de Pau da Fome, e o Caminho do Gunza, entre outros.

Mais do que a historiografia dos caminhos, o que interessa abordar aqui é como estes traçados estão presentes no cotidiano e nos relatos dos habitantes. Referências espaciais imprescindíveis, os caminhos são outras formas de nomear a paisagem, que nunca fica alheia às ricas e densas narrativas. Ligados às diferentes dimensões da vida social, os caminhos mobilizam a memória e sempre contam histórias para quem tem uma pergunta, evocam cheiros, sabores e lembranças, trazem para o presente fragmentos de passado e atualizam as tramas de parentesco e vizinhança.

Em cada um dos itinerários percorridos comigo, Pedro me ensinava a ler a paisagem e descortinava uma história do lugar escrita num processo de aprendizado por ele vivenciado. Cada ponto que destacava, cada lugar que olhava, tinha suas próprias entrelinhas. Ao passar pelo caminho da finada Amada, por exemplo, Pedro evocou de imediato a sua infância e uma memória olfativa o levou ao doce de laranja da terra que Amada dava para a criançada. Em seguida, me contou que tia Amada era a mãe de Altair, aquele que casou com Tida, filha de Astrogilda, que é mãe de Carlinhos, Tutuca e Cléusio.

Jornadas de caçaria a pé, nas quais homens sozinhos ou em grupo costumavam se adentrar na floresta, também criaram pela sua vez caminhos que, pelo seu caráter temporário, não deixam rastros permanentes e dificilmente têm nome público. Pelo contrário, outros caminhos têm nomes fixos, sendo referência coletiva, tais como o caminho do Cafundá, o caminho do Morro Redondo, o caminho do Morgado ou o caminho do Mato Alto. Quando o caminho chega à cidade formal, se descaminha para se oficializar, estabiliza sua nomenclatura para perder seu caráter provincial, adquirindo o status de estrada com a inalterabilidade ligada ao código de endereçamento postal (CEP). As estradas de Cabungui, Serra Dourada, Mucuíba, Pacuí, entre outras, foram alguma vez um estreito caminho aberto e melhorado pelo esforço dos próprios habitantes; e o contrário também acontece, verdadeiras estradas, ao perderem usuários, tornaram-se caminhos, alguns dos quais somem, deixando rastro apenas na memória nativa.

Em contraste, a toponímia dos caminhos se mostra mais flexível, dependendo do narrador, da sua idade, do envolvimento da sua trajetória pessoal

com lugares, parentes e vizinhos, antigos ou atuais. Vejo esse processo como a forma em que os caminhos se atualizam, tornando-se, de certa forma, distintas versões de si mesmos. Os lugares nomeados não são necessariamente entidades definitivas que fazem parte de uma memória coletiva estável, mas sim produtos de ações e interações de vários sujeitos. A toponímia por vezes depende da direção, do ponto onde se começa o trajeto, ou de para onde se vai.

Por outro lado, a dinâmica de mudança nos nomes do caminho traz para a análise uma das formas como as pessoas se relacionam com as temporalidades históricas através do espaço. Nomes mutáveis e narrativas enunciadas por pessoas particulares, em momentos determinados, para ouvintes específicos, explicam por quê os nomes do trajeto são dinâmicos. Diria que eles são uma das formas de narrar a história, representando a tensão existente entre as coisas que mudam e as que permanecem.

Desde a parte baixa, o caminho do Cafundá é a continuação da estrada Mucuíba, mas, quando passa pelo núcleo de Juarez, pode se chamar caminho de Juarez (Juarez e seus genros trabalharam nesse trajeto); continuando para cima, o caminho adquire o nome de Cano de Ferro, por causa de uma nascente de água que foi canalizada; depois, é indiscutivelmente o caminho do Cafundá. Para continuar com o exemplo, seguindo pelo caminho do Cafundá pode-se virar pelo caminho da Dormideira, que mais adiante será o caminho de Gabriel, que depois vai se encontrar com o caminho da Água Fria. A rede de caminhos, então, configura toda uma epistemologia espacial nativa, cuja toponímia não é redutível a nenhuma cartografia cartesiana ou zoneamento ambiental.

Assim, existem nomes de caminhos que fazem sentido para alguns, existem caminhos sem nome para outros e caminhos com mais de um nome. A lista é infundável: caminho do finado Ramiro, caminho da Dormideira, caminho de Gabriel, caminho do Zé Almerindo, caminho de Manuel Paez, caminho do Rolador, caminho da Água Fria, caminho de Bela Vista, caminho do Chuveiro, caminho de Manuel Paez. “Os caminhos guardam uma história”, explicou Pedro frente ao sítio de Bolinha.

“Zeca era filho de Bolinha. Bolinha era o apelido de Jobina Ferreira da Rosa, mas ninguém chamava ela assim, senhora, que é onde que eu vou te mostrar onde que ela morava, que a gente apanhava café dali. O compadre Jacinto colhia café dessa área todinha e levava para ela fazer pó de café. Aí a gente estava trabalhando ali. Aí ó, esse sítio aí era a roça ó, isso daqui ó, essas jaqueiras, esses negócios tudinho ainda foi a gente que plantou. Ali tinha uma casa que era de um senhor que vinha lá de baixo e aí ele é que dava emprego para a gente. Jacinto. O nome dele era Jacinto, acho que era Jacinto Mendes Córdia. Aqui, aqui é o mesmo caminho, e isso aqui ó, é outro caminho, que era o caminho de Jacinto. De Jacinto, porque ele era

dono desse sítio então, a gente botou esse apelido no caminho, quer dizer, mas eu não... o caminho é a entrada do sítio. Isso aí era tudo casa que as pessoas moravam. O nome das pessoas que moravam é que a gente fala que é o caminho. Ela morava aí, ó. Ela só socava... ela socava café, ela fazia esses negócios, e a gente bebia o café, que coisa, cheirava tudo a café. Só que a casa dela era uma casinha pequeninha, está vendo? Ainda tem coqueiro que ela plantou”.

Há os caminhos que se inauguraram com o início de uma relação. Antes de Pingo namorar a mãe de seus filhos, Maria, não existia um caminho ligando as casas onde cada um deles morava. Maria morava na casa de Dorvalino, irmão de Carmélio, que conta:

“Não tinha aquela estrada que sobe ali depois da ponte, não. Era o caminho do Pingo, desde aquele cruzamento que tem um cano até lá em baixo naquela lama que subia para cá para subir do outro lado. Mas Pingo de tanto ir namorar por ali, fez um trilhozinho dentro do mato. E foi passando, foi passando e foi enlarguando o trilho, agora é estrada. E o caminho de baixo é aquele que tinha em frente do sítio dos Vieira, fechou, acabou”.

Assim, o começo do namoro foi também o início de uma rota para permitir os encontros do casal. O caminho é a materialização de um eterno envolvimento afetivo com a paisagem, enuncia usos de espaço, fala de lugares visitados e revisitados pela memória, pois permite trajetos que descortinam cursos de vida. No seu percurso, o caminho se cruza com outros. Um encontro de caminhos chama-se “estação”; mais que a possibilidade de escolha de uma direção, uma “estação” é também o encontro retórico de duas ou mais histórias e as encruzilhadas multiplicam retóricas.

Os caminhos nunca são receptores passivos de trânsitos e pisadas, eles são verdadeiros agentes na paisagem, dispõem do tempo dos homens e os organizam em prol da sua manutenção, têm que ser feitos e refeitos. Os caminhos penosos desgastam as ferraduras dos burros e causam estragos nos carros, dificultam o transporte dos produtos da roça, limitam a expansão da agricultura, embaraçam a chegada à escola e atrapalham a vida do doente e do idoso. Ao estarem imersos em processos vitais (Ingold 2000), os caminhos nunca estão prontos, nunca permanecem imóveis, eles exigem de seus usuários os esforços contínuos de roçado e manutenção.

O caminho não é estático, uma enchente empurra pedras e barreiras chegando a clausurar o trânsito. Assim, rotas principais são abandonadas, forçando a procura de alternativas, atalhos que com o tempo tornam-se principais. O caminho é uma luta constante, na qual o mato sempre ameaça vencer; a falta de uso sinaliza a possibilidade de fechamento, obrigando a desbravá-lo

constantemente; a chuva o atola e a árvore caída, ou cria atalhos, ou mobiliza as pessoas para retirá-la. Já o atalho mostra o essencial, que é saber o caminho alternativo, aquele menos transitado, oculto, que persiste à insistência do mato.

O caminho não é uma intervenção na paisagem, ele próprio é a paisagem, somatório dos esforços humanos e não humanos. Tal como indica Ingold (2000), a paisagem é construída na interação entre projetos humanos e devires humanos e não humanos. Nesse sentido, não interessa pensar numa paisagem prévia à existência do caminho, pois isso equivale a pensá-la sem o agir dos humanos. A paisagem não é algo nem anterior, nem exterior, nem oposto ao humano. E, entre os não humanos, os burros merecem destaque no desenho e construção dos caminhos, pois até 1950, data em que o italiano Florêncio levou o primeiro carro ao caminho de Cafundá, o burro era soberano.

Ainda que o burro venha sendo substituído por motos e carros, é ainda imprescindível para os caminhos mais estreitos e íngremes. Domados e treinados para transportar mercadorias sobre o lombo, os animais são conduzidos, na maioria das vezes, por um homem a pé ou a cavalo, havendo no entanto animais que conhecem o caminho e que, quando carregados, sabem voltar sozinhos à casa. A habilidade e responsabilidade para “tratar” os burros é sempre masculina e se pauta numa relação quase parental de mútuo conhecimento e inúmeros cuidados, como vários camponeses asseguram. Se ausentar de casa e não poder “tratar” dos burros gera angústias no dono, que deve fazer uma certa ginástica para prover os cuidados necessários quando não conta com o auxílio de um vizinho ou parente. A associação entre os animais e seus donos consegue ser surpreendente. Os burros são indicadores da presença do dono por perto, pela sua vista pode-se adivinhar quem se aproxima no caminho. Campainhas e badalos no pescoço dos burros ajudam também a identificar a proximidade do seu proprietário.

Com a experiência, o dono do animal aprende a distinguir o peso e número de viagens que ele pode fazer, de acordo com a sua idade, a temperatura do dia e o estado do caminho. Como animal de carga, o burro cumpre um serviço essencial para o escoamento da produção de banana e para o abastecimento, mas em troca o dono precisa investir em alimento, milho e capim, água fresca, lugar de descanso, ferraduras que se trocam dependendo da intensidade do trabalho e cuidados veterinários, quando necessários. Ao mesmo tempo que são fortes e resistentes ao trabalho pesado, os burros são frágeis nas quedas e indefesos ante as mordidas de cobras.¹¹

11 Artefatos como “embornais”, “cangalhas” (colocados sobre o lombo dos burros) e “jacás” (cestos de cipó onde a carga é transportada) são indispensáveis ao trabalho do burro e nos levam a ofícios e mestres artesãos (que não cabem nestas páginas).

Ainda que a banana seja o principal produto levado às feiras, é na época do caqui, entre março e maio, que os burros são mais exigidos, quando chegam a fazer duas viagens por dia, subindo e descendo morros com as cangalhas cheias. Todo o caqui do estado vem dessa região, toneladas que os burros carregam como podem. Muitas vezes os produtores perdem parte da safra porque não há muitos animais na roça para ajudar a escoar as frutas e demais produtos.

Mulinha, Pretinho, Escurinho, Velinha, Princesa, Cadete, Garoto ou Brinquedo são burros que estão muito presentes no cotidiano, tanto nos relatos e narrativas como nos conflitos, pois um burro solto, pastando no terreno vizinho ou comendo a plantação de outros é uma provocação e contém o germe de uma futura briga. Já passou a época em que possuir 18 burros era símbolo de prestígio, status e riqueza, como era o caso para a família Vieira. Hoje em dia é difícil que alguém tenha ou deseje mais de dois burros e/ou um cavalo; porém, ainda que seu uso seja condenado pelo parque, a história dos caminhos seria outra sem sua presença incorporada na paisagem.

Temos concordado com Ingold (2000), quando afirma que corpo e paisagem se geram a si mesmos de forma simultânea e mútua, deixando de lado a ideia da paisagem como pano de fundo, onde a ação acontece para se tornar, ela mesma, um feixe de ações articuladoras do encontro entre humano e não humano, produzindo tal encontro uma mútua inscrição das marcas humanas no ambiente e deste na experiência humana do mundo. Os caminhos representam uma parte dessa inscrição e têm deixado suas marcas na experiência humana que os produz.

Assim, é preciso dedicar umas linhas às empreitadas, aos mutirões e à cooperação necessária entre parentes e vizinhos que requerem os caminhos “feitos na mão” ou com enxada, que também são ajeitados e empedrados e cimentados com recursos próprios e ferramentas básicas. Com a crescente urbanização nos arredores, os moradores se organizam para obter e pagar material de concreto, aproveitando as sobras dos caminhões betoneira. Na medida em que o burro deixou de ser o único meio de transporte de acesso às íngremes encostas e começou a partilhar funções com motos e carros, foi necessária a adequação dos caminhos às rodas.

O registro das empreitadas é o próprio caminho; às vezes, eventos significativos, como casamentos ou aniversários, exigiram conserto dos caminhos. Mas nem sempre todos os usuários têm consciência do trabalho investido, ou dos arranjos feitos, que permitiram que hoje uma rota seja transitável. Exceção é a placa de agradecimento feita em ferro e colocada no caminho do Morro Redondo, onde Sebastião Correia Teles agradece textualmente “a Pedro de Tilinho, e ao seu cunhado Paulino, pelo muito que fizeram para que na data (28 de fevereiro de 1994) Antônio Perrota Duarte pudesse transportar até aqui, em seu jipe, o antigo proprietário deste sítio, Djalma Luiz Menezes”.

Outra placa, testemunha de trabalhos e mutirões, foi colocada por Pedro quando terminou o trajeto do caminho de Cafundá até sua casa. Nela se lê: “Comunidade Astrogilda/Caminho do Cafundá”. Era uma forma de presentificar o legado da avó – sim, os nomes dos lugares podem voltar – e de comemorar a feitura de um caminho que representava uma verdadeira vitória, perante os entraves que o órgão de controle ambiental tinha colocado, mas em geral pode-se afirmar que placas com nomes dos caminhos não são usuais. Os agricultores não precisam delas para ler a paisagem. Os caminhos e sua feitura estão aí para mostrar que, mais que intervenções na paisagem, eles próprios são a paisagem, pela totalização de empenhos humanos e não humanos e pela mútua e simultânea geração de sujeitos e ambiente.

Nos percursos que pude acompanhar, descobri uma leitura da paisagem aproximada dos aprendizados e vivências dos meus interlocutores. Diante das perspectivas sobre a paisagem que tendem a ceder para um discurso ambientalista ou contemplativo, eles compreendem o local através das páginas da paisagem, cujas tramas, vivências e temporalidades do passado se conectam a seus eventos e experiências. A paisagem conta uma história, porque, segundo Ingold (2015), as coisas do mundo são suas histórias, dadas, mais que por características fixas, pelas suas trajetórias de movimento em um campo de relações. A escolha dos lugares nos quais se passam as histórias não é fortuita, corresponde aos itinerários do grupo. Na paisagem, os lugares são as marcações do tempo vivido e mapeado meticulosamente na paisagem, mobilizados pela sua história.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Ana, 2015, “O sistema da mexida de cozinha: de que riem eles?”, em John Comerford, Ana Carneiro e Grazielle Dainese (orgs.), *Giros Etnográficos em Minas Gerais: Casa, Comida, Prosa, Festa, Política, Briga e o Diabo*. Rio de Janeiro, Sete Letras/FAPERJ, 93-110.
- CARSTEN, Janet, 2000, *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CARSTEN, Janet, 2004, *After Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de, 2008, “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”, em Renato Sztutman (org.), *Eduardo Viveiros de Castro: Entrevistas*. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 130-161.
- COMERFORD, John, 2003, *Como Uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

- DE CERTEAU, Michel, 1994, “Relatos de espaço”, em Michel De Certeau, *A Invenção do Cotidiano*, vol. 1. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 199-217.
- FERNANDEZ, Annelise, 2009, *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A Construção Social de Uma Unidade de Conservação à Luz das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRJ, tese de doutorado.
- INGOLD, Tim, 2000, “The temporality of the landscape”, em *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres, Routledge, 189-208.
- INGOLD, Tim, 2015, *Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição*. Petrópolis, Editora Vozes.
- LATOUR, Bruno, 1994, *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Editora 34.
- LATOUR, Bruno, 2008, *Reensamblar lo Social: Una Introducción a la Teoría del Actor-Red*. Buenos Aires, Manantial.
- MAUSS, Marcel, 2003 [1923-1924], “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, em Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naif, pp. 183-294.
- RODRÍGUEZ CÁCERES, Luz Stella, 2016, “Do caminho à trilha: as perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca”, *Interseções*, 18 (1): 64-96.